Posted on: 2023-06-07T00:00:00.00-04:00

DB Reference N°: IDB-P1208422-06/23

Country: Brazil

Institution: Inter-American Development Bank

Sector: Public Sector Management, Organizational Capacity Development

Deadline: 2026-06-30T00:00:00.00-04:00

Status: Published

Loan N°./Financing: 5393/OC-BR

Project: Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso - Profisco II MT

Title: Aviso Geral de Aquisições (AGA) - BR-L1539

Borrower/Bid No:

AVISO GERAL DE AQUISIÇÕES

Instituição: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

País: Brasil

Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso PROFISCO II-MT

Setor: Modernização Fiscal

Empréstimo/Crédito/Fundo Fiduciário nº: BR-L1539

Contrato/Seleção nº: 5393/OC-BR

O **Estado de Mato Grosso**, da República Federativa do Brasil, obteve **empréstimo** do **Banco Interamericano de Desenvolvimento** (BID) no valor de **US$56.279.900,00** (cinquenta e seis milhões e duzentos e setenta e nove mil e novecentos dólares dos Estados Unidos da América) para custear o **Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso - PROFISCO II - MT, no âmbito do Convênio de Linha de crédito Condicional para Projetos de Investimentos (CCLIP) - BR-L1539 firmado entre o BID e a República Federativa do BRASIL**. Além desse valor, o Estado fornecerá a título de **contrapartida** o valor de **US$6.253.321,00** (seis milhões e duzentos e cinquenta e três mil e trezentos e vinte e um dólares dos Estados Unidos da América).

O Projeto será executado por intermédio de sua **Secretaria de Estado da Fazenda** e terá um custo total estimado em quantia equivalente a **US$62.533.221,00** (sessenta e dois milhões e quinhentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e um dólares dos Estados Unidos da América).

O Projeto pretende contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado de Mato Grosso por meio dos seguintes objetivos específicos: a) modernizar a gestão fazendária; b) melhorar a administração tributária; e c) melhorar a gestão do gasto público.

Dessa forma, o Projeto foi organizado e dividido em três componentes, sendo eles: **Componente 1 - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, Componente 2 - Administração Tributária e Contencioso Fiscal e o Componente 3 - Administração Financeira e Gasto Público.**

O **Componente 1 - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal** tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade e melhorar o desempenho institucional da SEFAZ/MT. Este componente financiará a implementação de:

P1.1 Modelo de governança institucional, por meio de:

a) Desenvolvimento do modelo institucional de governança para a gestão estratégica do Estado: i) diagnóstico e atualização dos instrumentos de planejamento; ii) mapeamento e redesenho de processos; iii) definição da metodologia com foco em resultados; e iv) elaboração do Plano Estratégico de Longo Prazo; b) Ferramenta de monitoramento e avaliação de desempenho institucional.

P1.2 Modelo de gestão estratégica de pessoas implantado, por meio de:

1.2.1 Sistemática de gestão de pessoas com foco em competências implantada: a) Metodologia de dimensionamento da força de trabalho do Estado; b) Metodologia de avaliação dos cargos por competências e mapeamento das competências organizacionais; c)Desenvolvimento de funcionalidades no Sistema Estadual de Administração de Pessoas – SEAP, com os seguintes módulos: integração; plano de desenvolvimento individual (PDI), avaliação de desempenho e gerenciamento de cargos; d) Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), avaliação de desempenho e de gerenciamento dos cargos; e) Plano de capacitação baseado no PDI; f) Ferramenta para gestão do conhecimento; g) Portal do servidor implantado i. solicitação de benefícios; ii. perícias médicas; iii.acompanhamento psicossocial, e iv. Ações de capacitação.

1.2.2 Plano de desenvolvimento das competências fazendárias: a) Metodologia de avaliação dos cargos por competências alinhada com a normativa estadual e Pesquisa de clima organizacional; b) Banco de dados das competências requeridas para os processos de trabalho; c) Plano de Desenvolvimento de Pessoas, baseado no "*gap*" de competências; d) Readequação física das unidades da SEFAZ.

P1.3 Modelo de gestão de Tecnologia da Informação implantado, por meio de:

1.3.1. Planos de governança e gestão de TIC implantado: a) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), contemplando o Plano de Continuidade de Negócios da TI; b) Plano de Plano de Segurança da Informação (normas, rotinas e ferramentas, inclusive para atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) implantado; c) Plano de gestão de riscos de TI.

1.3.2. Parque Tecnológico implantado, na MTI e na SEFAZ: a) Data Center; b) Soluções de TI: (i) solução de balanceamento e segurança de aplicações; e (ii) solução de Hiperconvergência; c) Ferramentas de desenvolvimento de software (Genexus); d) Parque de estações de trabalho atualizado.

P1.4 Modelo de governança de compras públicas implantado, por meio de:

(a) Mapeamento e redesenho dos processos de contratação e gestão de contratos; (b) Metodologia de gestão do processo de compras, contratos, cadeia de suprimento, estimativa de custos, normatização e manualização de

procedimentos; (c) Sistema de gestão de compras e contratos, com módulos: (i) gestão de projetos, (ii) planejamento e monitoramento de compras; (iii) preços de referência; (iv) indicadores de gestão ; (v) integrador com sistemas corporativos; (vi) gestão de contratos; (vii) cadeia de suprimentos; e (viii) cadastro e avaliação de fornecedores; (d) Plano de capacitação dos servidores.

P1.5 Modelo de transparência e cidadania fiscal implantado, por meio de:

1.5.1 Plano de ação para transparência e cidadania fiscal implantado: a) diagnóstico/avaliação, diretrizes, estratégia, revisão dos fluxos, estratégia de formação dos gestores; b) Ferramentas web de interação com a sociedade (games, aplicativos, revista eletrônica).

1.5.2. Portal da Transparência unificado implantado, (Definição de fluxos para integração das informações do Estado).

O Componente 2 - Administração Tributária e Contencioso Fiscal tem como objetivo aumentar a eficiência da arrecadação tributária, aumentar as receitas e simplificar o cumprimento tributário. Este componente financiará a implementação de:

P2.1 Modelo de gestão de política tributária implantado, por meio de:

2.1.1. Sistemática de gestão da política tributária, por meio de: a) metodologia da avaliação de impacto de políticas tributárias ex- ante e ex-post (ICMS, IPVA e ITCMD; b) metodologia para avaliação dos resultados das medidas tomadas para redução da brecha tributária (ITCD e ICMS). c) sistema de gestão de benefícios fiscais, com os módulos: (i) banco de dados; (ii) monitoramento; (iii) avaliação; (iv) gerencial (projeções e cenários). d) solução de Data Science que suporte para tratamento de grande volume de dados, com treinamento especializado.

2.1.2. Sistemas corporativos implantados: a) Atualização de sistemas legados; b) Desenvolvimento de solução tecnológica de barramento de serviços; c) Implantação de ferramentas e tecnologias de cruzamento, tratamento e análise de dados e informações, estruturadas e não estruturadas.

P2.2 Sistemas de cadastro, de controle da obrigação tributária e de comércio exterior implantados, por meio de:

2.2.1. Módulo de controle das obrigações tributárias implantado: a) Integração das bases de dados e desenvolvimento de módulo de controle da situação tributária do contribuinte; b) Plataforma de autoregularização tributária para consultas, prestação de informações e solução de pendências pelos contribuintes; c) Integração com o Portal Único de Serviços ao Contribuinte.

2.2.2. Módulo de Integração ao Portal Único do Comércio Exterior implantado: a) Integração do sistema de importação com o Portal Único do Comércio Exterior; b) Desenvolvimento de solução tecnológica para a gestão das exportações integrada com o Portal Único do Comércio Exterior.

2.2.3. Módulo de indicadores de performance da RedeSIM implantado: a) Definição de requisitos para atendimento dos indicadores de performance.

P2.3 Modelo de gestão da fiscalização baseado em riscos implantado, por meio de:

2.3.1. Solução de Inteligência fiscal: a) Metodologia de gestão de riscos por perfil de contribuintes; b) Sistema de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações fiscais; c) Ferramenta de processamento de grande volume de dados estruturados e não estruturados; d) Plano de capacitação.

2.3.2. Sistemática de Fiscalização de Trânsito de Mercadorias: a) Mapeamento e redesenho do processo; b)

Ferramenta tecnológica de controle das operações de trânsito; c) Plano de capacitação.

P2.4 Modelo de gestão do contencioso implantado, por meio de:

2.4.1. Sistema de Gestão do Processo Administrativo Tributário eletrônico implantado: a) Revisão da normatização da constituição do crédito tributário; b) Mapeamento e redesenho dos processos; c) Sistema de Gestão do Processo Administrativo Tributário eletrônico, incluindo: (i) protocolo; (ii) julgamento; (iii) integração com o sistema da PGE; d) Plano de capacitação e intercâmbio de experiências.

2.4.2. Sistema de gestão do contencioso judicial implantado: a) Mapeamento e redesenho de processos e automação de procedimentos operacionais; b) Sistemas de gestão do contencioso, incluindo módulos de: cobrança (automatização de protestos); pesquisa avançada de litispendência e jurisprudência; controle de processos judiciais; integração com o judiciário; d) Plano de gestão de serviços de TIC e modernização do parque tecnológico; e) Plano de capacitação e de gestão do conhecimento.

P2.5 Canais de serviços de atenção ao contribuinte implantados, por meio de:

2.5.1. Portal de serviços de atendimento aos contribuintes, implantado: a) Diagnóstico dos serviços prestados e definição dos requisitos para o Portal Único; b) Sistema automatizado dos procedimentos internos, importação dos sistemas legados e ampliação dos serviços virtuais conclusivos; c) Plataforma de serviços com mecanismos de avaliação;

2.5.2. Sistema de call center implantado, por meio dos seguintes módulos: (i) Cadastro; (ii) Domicílio eletrônico; e (iii) base de dados.

P2.6 Sistema de cobrança implantado, por meio de:

a) Mapeamento e redesenho de processos; b) Sistema de cobrança com os seguintes módulos: (i) classificação do perfil do débito; (ii) seleção de devedores; (iii) gestão da carteira de devedores; (iv) integração com as bases de dados do sistema de conta corrente e do Sistema de Administração da Dívida Ativa (SADA); (v) cobrança massiva; (vi) monitoramento. c) Plano de capacitação.

P2.7 Sistema de arrecadação implantado, por meio de:

a) Sistema de gestão da arrecadação, com os seguintes módulos: (i) painel de monitoramento, (ii) relatórios gerenciais; (iii) integração com os sistemas corporativos: conta corrente; FIPLAN; e (iv) integração com sistemas corporativos de órgãos externos a SEFAZ: DETRAN; órgãos estaduais com arrecadação própria (Secretaria de Meio Ambientes; Instituto de Defesa Agropecuária; Imprensa oficial, Junta Comercial; Segurança Pública; Bombeiros; PGE; Policia Civil.).

O Componente 3 - Administração Financeira e Gasto Público visa aumentar a eficiência do Planejamento e execução financeira e da qualidade dos gastos. Este componente financiará a implementação de:

P3.1 Modelo de planejamento orçamentário orientado para resultados implantado, por meio de:

P3.1.1 Modelo de planejamento orçamentário orientado para resultados implantado: a) Diagnóstico detalhado do planejamento orçamentário estadual; b) Metodologia de gestão orçamentária orientada para resultados; c) Ferramenta de monitoramento e avaliação da gestão orçamentária orientada por resultados. d) Projeto piloto do orçamento por resultados na elaboração da LDO e LOA em órgão setorial/finalístico. e) Plano de Capacitação.

3.1.2 Modelo de gestão de investimentos públicos estaduais implantado: a) Metodologia de avaliação ex-ante e ex-post de projetos de investimento implantado em uma área de governo. b) Ferramenta de gestão de investimento

público; c) Plano de Capacitação.

P3.2 Sistema de gestão do planejamento, orçamento, financeiro, contábil, convênios e patrimonial implantado, por meio de:

a) Mapeamento e redesenho de processos; b) Manuais e Instruções de Procedimentos Contábeis elaborados; c) Módulos: i) planejamento; ii) orçamento; iii) financeiro; iv) conciliação bancária; v) contábil; vi) contratos; vii) patrimônio; viii) convênios; ix) custos; x) integrador com outros sistemas corporativos (ex. Folha, Aquisições, Receita, NF-e; Tribunal de Contas) e xi) gestão e segurança). d) Plano de capacitação equipe técnica.

P3.3 Sistema de gestão da dívida pública implantada, por meio de:

a) Metodologia de gestão da dívida, com estudos de viabilidade para a contratação de operação de crédito e avaliação de resultados; b) Manual de gestão da Dívida Pública; c) Módulos de gestão da dívida pública implantados: (i) regras contratuais personalizadas; (ii) projeções e cenários; e (iii) de integração com sistema de finanças. d) Plano de capacitação do corpo técnico implementada.

P3.4 Sistema de gestão de ativos e passivos implantado, por meio de:

a) Mapeamento de fluxos de trabalho para automação do processo; b) Metodologia de gestão de passivos e ativos desenvolvida, incluindo análise de risco; c) Sistema de gestão de ativos e passivos desenvolvido e implementado com os seguintes módulos: (a) ativos e passivos e, (b) integrador com PGE e TJMT; d) Plano de capacitação do corpo técnico implementada.

P3.5 Modelo de gestão de riscos fiscais implantado, por meio de:

a) Metodologia de gestão de riscos fiscais; b) Modelagem para projeção de cenários fiscais de médio prazo; c) Estudos econômicos e fiscais; d) Sistema de monitoramento de riscos fiscais.

P3.6 Modelo de gestão de custos e gasto público implantado, por meio de:

P3.6.1 Metodologia de gestão de custos implantada: a) Metodologia de gestão e apuração de custos públicos estabelecida; b) Plano estratégico de gestão de custos públicos e normativos implementados; c) Sistema de apuração de custos públicos implantado; d) Plano de capacitação em gestão de custos público.

3.6.2 Metodologia de gestão de gasto público implantada: a) Metodologia de avaliação de impacto de políticas públicas e de eficiência do gasto aplicada em um setor; b) Plano de capacitação em avaliação de impacto de políticas públicas.

P3.7 Sistema de gestão da folha de pagamento de ativos e inativos implantado, por meio de:

3.7.1. Módulo de gestão da folha de pagamentos de ativos implantado: a) Mapeamento e redesenho de processo da folha; b) Auditoria da folha de pagamentos (análise de conformidade) realizada; c) Migração de sistemas legados; (empresas públicas, Secretaria de Educação e Polícia Militar integrado ao SEAP); d) Ferramenta tecnológica para cruzamento de dados que possibilite o controle de erros e fraudes e geração de informação gerencial; e) Integração do sistema de folha de pagamento aos demais sistemas corporativos do Estado (Fiplan, SIGADOC); f) Gestão da folha de pagamentos de ativos; g) Gestão de inativos e pensionistas implantados.

3.7.2. Módulo de gestão de inativos e pensionistas implantado: a) Mapeamento e redesenho de fluxos institucionais e operacionais; b) Censo previdenciário e unificação cadastral; c) Solução de TI para atualização da base cadastral; d) Solução de TI para controle de contribuições previdenciárias; e) Solução de TI para processamento eletrônico de concessão de benefícios (aposentadorias e pensões); f) Solução de TI para proporcionar a gestão e controle do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); g) Solução de cadastro unificado.

Os processos das aquisições de contratos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento serão efetuados conforme os procedimentos estabelecidos nas *Políticas para a Aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento* edição atual, e estão abertos a todos os licitantes de países elegíveis, conforme definido nestas normas. Para a seleção e contratação de serviços de consultoria serão seguidos os procedimentos estabelecidos nas *Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento,* edição atual.

À medida que estejam disponíveis, serão publicados avisos específicos de licitação para contratos a serem licitados de acordo com os procedimentos de Licitação Pública Internacional (LPI) estabelecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para os contratos de consultoria cujo valor estimado seja superior ao equivalente de US$ 200 mil, uma solicitação de manifestação de interesse deverá ser publicada no *UN Development Business*[1] e no site do Banco Interamericano do Desenvolvimento e/ou em jornais e publicações comerciais de ampla distribuição nacional.

Os licitantes elegíveis interessados em serem incluídos na lista para receber solicitações para pré-qualificação/licitação de acordo com os procedimentos de LPI, assim como consultores interessados em receber uma cópia dos anúncios para apresentar manifestação de interesse para contratos de consultoria ou qualquer interessado em receber informações adicionais poderão contatar:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO
At: **Eliel Barros Pinheiro**

Coordenador Geral do PROFISCO II-MT

Av. Rubens de Mendonça nº. 3415, Centro Político Administrativo

CEP: 78050-903 - Cuiabá-MT – Brasil.

Telefones: (65) 3617-2205 e (65) 3617-2260

e-mail: ucp@sefaz.mt.gov.br

website: www.sefaz.mt.gov.br

---

[1] O anúncio deverá ser enviado à: dbusiness@un.org

Attachments:

https://devbusiness.un.org/system/files/BR-L1539%20-%20AGA%20-%20AVISO%20GERAL%20DE%20AQUISI%C3%87%C3%95ES%20PROFISCO%20II%20-%20MT.pdf